RESOLVE:

Art. 1º - DETERMINAR a instauração de SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA DISCIPLINAR nº 7671/2023-CGP/SEAP em desfavor do servidor B.A.C. (M.F.: 55588993), objetivando apurar a responsabilidade administrativa e/ou funcional referente ao, supostamente, não efetuar os depósitos de valores de devolução de diários no prazo determinado, conforme os fatos informados nos Processos Administrativos Eletrônicos – PAE's 2022/172459 e 2022/346481, infringindo, em tese, aos artigos 177, I, VI, IX, "b" c/c art. 189, todos da Lei nº 5.810/94 - RJU.

Art. 2º - CONSTITUIR Comissão composta pelos servidores RODRIGO COSTA PINHEIRO DE SOUSA - Funcional: 54196889; GILSANDRO MELO DOS SANTOS - Funcional: 5954109 - Membro; SARA OLIVEIRA DE SOUSA CARVALHO - Funcional: 5952445 - Membro, para conduzirem as investigações;

Art. 3º - DELIBERAR que os membros da Comissão tenham dedicação exclusiva, podendo se reportar diretamente aos departamentos desta Secretaria e aos demais órgãos da Administração Pública para as diligências necessárias à instrução do feito;

Art. 4º - DETERMINAR à referida Comissão que obedeça ao estatuído no artigo 201, parágrafo único, da Lei Estadual nº 5.810/1994-RJU, assim como, deverá a mesma apresentar Relatório Conclusivo ao final da apuração;

Art. 5º - COMUNICAR à Diretoria de Gestão de Pessoas para registros nos assentamentos funcionais;

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

RENATO NUNES VALLE

Corregedor-Geral Penitenciário

Protocolo: 984296

**PORTARIA Nº 0703/2023-CGP/SEAP
Belém (PA), 01 de setembro de 2023.**

RENATO NUNES VALLE, Corregedor-Geral Penitenciário, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público, promover a apuração imediata dos fatos, mediante Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, assegurando ao acusado ampla defesa, nos termos do art. 199 da Lei Estadual nº 5.810/1994 - RJU (alterada pela Lei nº 9.230/2021) e art. 110, III, da Lei nº 8.972/2020;

RESOLVE:

Art. 1º - DETERMINAR a instauração de SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA DISCIPLINAR nº 7672/2023-CGP/SEAP em desfavor das servidoras A.L.C.M. (M.F.: 55208504), Assistente Administrativa e D.A.U.S. (M.F.: 5952522), Técnica em Enfermagem, objetivando apurar a responsabilidade administrativa e/ou funcional referente à suposta conduta desurbana das referidas servidoras nas dependências do Centro de Recuperação de Vitória do Xingu - CRMV, conforme os fatos narrados no Relatório de Diligência nº 72/2023-CGP/SEAP, infringindo, em tese, aos artigos 177, II e VI, 178, XI c/c art. 189, todos da Lei nº 5.810/94 - RJU.

Art. 2º - CONSTITUIR Comissão composta pelos servidores RAFAELA VITORIA SAMPAIO PINTO - Funcional: 6039262; RONALDO BORGES TRINDADE - Funcional: 5953259 - Membro; BRUNO SOARES CORREA - Funcional: 5952325 - Membro, para conduzirem as investigações;

Art. 3º - DELIBERAR que os membros da Comissão tenham dedicação exclusiva, podendo se reportar diretamente aos departamentos desta Secretaria e aos demais órgãos da Administração Pública para as diligências necessárias à instrução do feito;

Art. 4º - DETERMINAR à referida Comissão que obedeça ao estatuído no artigo 201, parágrafo único, da Lei Estadual nº 5.810/1994-RJU, assim como, deverá a mesma apresentar Relatório Conclusivo ao final da apuração;

Art. 5º - COMUNICAR à Diretoria de Gestão de Pessoas-DGP para registros nos assentamentos funcionais;

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

RENATO NUNES VALLE

Corregedor-Geral Penitenciário

Protocolo: 984299

**PORTARIA Nº 0694/2023-CGP/SEAP
Belém-PA, 31 de agosto de 2023.**

RENATO NUNES VALLE, Corregedor-Geral Penitenciário, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público, promover a apuração imediata dos fatos, mediante Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, assegurando ao acusado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do Art. 199, da Lei Estadual nº 5.810/1994 e Art. 105, § 1º, da Lei Estadual nº 8.972/2020;

RESOLVE:

Art. 1º - DETERMINAR a instauração de Sindicância Administrativa Investigativa nº 7668/2023-CGP/SEAP, objetivando apurar suposto cometimento de infração funcional, acerca de denúncias de maus tratos a internos do Centro de Recuperação Regional de Bragança - CRRB, bem como, que supostamente, nas datas entre 2 e 3 de agosto de 2023, fora utilizado de maneira excessiva pelos servidores da Unidade Prisional "spray de pimenta", do mesmo modo que reiteradamente vem infringindo as Pessoas Privadas de Liberdade - PPL's humilhações e restrições alimentares.

Art. 2º - DESIGNAR RODRIGO COSTA PINHEIRO DE SOUSA - Funcional: 54196889 - Presidente; GUSTAVO GONCALVES ALVES - Funcional: 5952461 - Membro; GECIRLEY CANDIDO DE JESUS MOURA - Funcional: 5952590 - Membro, para conduzirem as investigações.

Art. 3º - DETERMINAR a comissão sindicante que apresente relatório conclusivo ao final da investigação;

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

RENATO NUNES VALLE

Corregedor-Geral Penitenciário.

Protocolo: 984310

**PORTARIA Nº 0700/2023-CGP/SEAP
Belém (PA), 31 de agosto de 2023.**

RENATO NUNES VALLE, Corregedor-Geral Penitenciário, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO o disposto pela Lei Estadual nº 5.810/94-RJU;

CONSIDERANDO os autos da Sindicância Administrativa Disciplinar nº 6390/2021-CGP/SEAP, objetivando apurar responsabilidade administrativa e/ou funcional do servidor A.M.H.N. (M.F.: 54188499), Diretor no Centro de Recuperação Penitenciário do Pará II - CRPP II, por indícios de infração disciplinar pela falta de presteza em realizar os esclarecimentos requeridos, o que obteve as investigações conduzidas por esta Corregedoria, o servidor cometeu, em tese, infração aos arts. 177, incisos IV, VI e IX, "b" c/c 189, caput, todos da Lei 5.810/1994-RJU e do disposto no Memorando nº 327/2020-CGP/SEAP, sobre a observância dos prazos fixados nas solicitações feitas por esta Corretiva.

CONSIDERANDO que a Comissão Sindicante, após análise criteriosa e imparcial dos autos, pugnou pela penalidade de SUSPENSÃO de 04 (quatro) dias, COM CONVERSÃO EM MULTA, em face do acusado A.M.H.N. (M.F.: 54188499), haja vista a presença de indícios de responsabilidade ao fato em voga, uma vez que existe nexo causal na conduta do servidor, consoante o dispositivo do art. 177, IV, VI e IX, "b" c/c 189, caput, todos do RJU;

RESOLVE:

Art. 1º - ACATAR, o Relatório Conclusivo, à luz do que dispõe o art. 224, da Lei nº 5.810/1994-RJU c/c art. 120, da Lei nº 8.972/2020 e DETERMINAR com esteio nos arts. 189 e 201, inciso II, da Lei nº 5.810/1994-RJU, a aplicação da penalidade de SUSPENSÃO de 04 (quatro) dias em face do servidor A.M.H.N. (M.F.: 54188499), haja vista a presença de indícios de responsabilidade ao fato em voga, uma vez que existe nexo causal na conduta do servidor, consoante o dispositivo dos arts. 177, incisos IV, VI e IX "b", 178, XIV c/c 189, do RJU; COM CONVERSÃO EM MULTA à base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração, permanecendo o servidor em exercício de suas atribuições, com fulcro no art. 189, § 3º, do RJU.

Art. 2º - ENCAMINHAR cópia do Relatório Conclusivo, Decisão e PORTARIA à Diretoria de Gestão de Pessoas - DGP, para registro nos assentamentos funcional do servidor.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

RENATO NUNES VALLE

Corregedor-Geral Penitenciário

Protocolo: 984345

**PORTARIA Nº 0701/2023-CGP/SEAP
Belém (PA), 01 de setembro de 2023.**

RENATO NUNES VALLE, Corregedor-Geral Penitenciário, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO o disposto pela Lei Estadual nº 5.810/94-RJU; CONSIDERANDO os autos da Sindicância Administrativa Investigativa nº 7491/2023-CGP/SEAP, objetivando apurar as informações relatadas no Processo Administrativo Eletrônico - PAE 2022/1571665, referente às faltas no serviço de servidor desta Secretaria, quando lotado na Cadeia Pública de Jovens e Adultos - CPJA, no mês de novembro de 2022.

CONSIDERANDO que a Comissão Sindicante, após análise criteriosa e imparcial dos autos, pugnou pelo ARQUIVAMENTO do feito, diante da ausência de indícios de autoria ou prática funcional suficientes, com fulcro no art. 201, I, da Lei nº 5.810/94 - RJU.

RESOLVE:

Art. 1º - ACATAR, o Relatório Conclusivo e DETERMINAR o ARQUIVAMENTO do presente feito, com fulcro, por analogia, no artigo 201, I, do RJU c/c art. 105, §4º da Lei nº 8.972/2020.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

RENATO NUNES VALLE

Corregedor-Geral Penitenciário.

Protocolo: 984343

**PORTARIA Nº 0698/2023-CGP/SEAP
Belém (PA), 31 de agosto de 2023.**

RENATO NUNES VALLE, Corregedor-Geral Penitenciário, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO o disposto pela Lei Estadual nº 5.810/94-RJU;

CONSIDERANDO os autos da Sindicância Administrativa Disciplinar nº 6214/2021-CGP/SEAP, objetivando apurar responsabilidade administrativa e/ou funcional do servidor E.L.P.R. (M.F.: 5947376), Diretor, por referir-se de modo ofensivo, ao Policial Penal J.F.S.S. (M.F.: 5798280), no dia 05/05/2020, quando lotado na Central de Triagem Metropolitana II - CTM II, sendo tal conduta desurbana, com esteio, nos arts. 177, II, 178, XI c/c art. 189, todos do RJU, conforme decisão da Sindicância Administrativa Investigativa nº 5590/2020.

CONSIDERANDO que a Comissão Sindicante, após análise criteriosa e imparcial dos autos, pugnou pela penalidade de SUSPENSÃO de 06 (seis) dias em face do acusado E.L.P.R. (M.F.: 5947376), haja vista a presença de indícios de responsabilidade ao fato em voga, uma vez que existe nexo causal na conduta do servidor, consoante o dispositivo do art. 177, II c/c art. 189, da Lei nº 5.810/94 - RJU;

RESOLVE:

Art. 1º - ACATAR, o Relatório Conclusivo, à luz do que dispõe o art. 224, da Lei nº 5.810/1994-RJU c/c art. 120, da Lei nº 8.972/2020 e DETERMINAR com esteio nos arts. 189 e 201, inciso II da Lei 5.810/1994-RJU, a aplicação da penalidade de SUSPENSÃO por 06 (seis) dias em face do servidor E.L.P.R. (M.F.: 5947376), haja vista a presença de indícios de responsabilidade ao fato em voga, uma vez que existe nexo causal na conduta do servidor, consoante o dispositivo aos arts. 177, II, 178, XI c/c 189, do RJU.

Art. 2º - ENCAMINHAR cópia do Relatório Conclusivo, Decisão e PORTARIA à Diretoria de Gestão de Pessoas, para registro nos assentamentos